

Semanário Informativo

Folha da AT



Av. 25 de Setembro, nº 1235 | Tel: 21 34 42 00 | www.at.gov.mz | EDIÇÃO Nº 26 | Dezembro - 2017



FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE
Autoridade Tributária de Moçambique

PRESIDENTE
Amélia Muendane Nakhare

GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

DIRECTORA
Natércia Manhenje

COORDENADOR EDITORIAL
Fenias Zimba

REDAÇÃO
Fenias Zimba, Ricardo Nhantumbo, Helmano Nhatitima,

COLABORAÇÃO
Maurício Cumbi, Pio Cassecasse, César Sucute, Liege Victorino, Ivan Gemusse, Arnaldo Teimoso, António Camacho, José Massaruge, Elísio Massangaie, Valerina Manhonga, Ana Merciana, Belton Impulá, Bruno Laranjeira, Fadil Ismael, Benjamim, Benedicía Chau

REVISÃO
Bernardino Manhaussane, Natércia Manhenje

FOTOGRAFIA
Jordão Mabote

MAQUETIZAÇÃO
Benedito Chivure

Presidente da AT preside cerimónia de tomada de posse dos Órgãos da CDA

Em Maputo

Amélia Nakhare preside cerimónia de tomada de posse de Órgãos Sociais da Câmara de Despachantes

Por: Ricardo Nhantumbo



A Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Amélia Nakhare, presidiu recentemente, em Maputo, a cerimónia de tomada de posse dos novos Órgãos Sociais da Câmara de Despachantes Aduaneiros de Moçambique - CDA, nomeados durante a Assembleia Extraordinária, de um dia, convocada para o efeito de eleição e tomada de posses. O acto teve lugar num dos estabelecimentos hoteleiros da capital do país, a 01 de Dezembro corrente, na presença de 160 membros da Câmara que exerceram o seu direito de voto.

A Câmara de Despachantes Aduaneiros de Moçambique tem como presidente Dixon Chongo que venceu o escrutínio, pela lista A, por um expressivo de 96 votos contra, a sua concorrente da lista B, Flora Macuvele, que amealhou 64 votos. Dixon Chongo concorria para a sua própria sucessão, para mais um mandato de 3 anos.

Discursando no seu estilo característico, Amélia Nakhare, começou por saudar o equilíbrio de género naquele acto, tendo dito que o mesmo significa que, as mulheres estão a tomar os seus lugares na sociedade, o que é positivo. De seguida, Nakhare disse que a Câmara de Despachantes Aduaneiros de Moçambique é um órgão oficialmente reconhecido pela Administração Tributária, que actua de forma directa no processo de desembaraço aduaneiro de mercadorias que entram e saem do país.

Para a Presidente da AT, a criação da Câmara de Despachantes Aduaneiros de Moçambique, visa organizar o mecanismo de funcionamento dos profissionais que exercem a profissão de despacho aduaneiro, de modo a se evitar a colisão com a Lei, visto que estes desempenham um papel fundamental na facilitação das trocas comerciais e dinamização do comércio internacional.

Igualmente, saudou o esforço levado a cabo pela Câmara de Despachantes Aduaneiros e pelos despachantes aduaneiros no cumprimento dos procedimentos aduaneiros legalmente estatuidos, o que contribuí para o aumento das receitas do Estado. *“Colegas, devemos melhorar o controlo das actividades de cada Despachante Aduaneiro e de todos os profissionais de um modo geral, pois, vezes sem conta, registamos situações em que são surpreendidas pessoas desempenhando a função de despachante e/ou ajudante de despachante, sem, contudo, reunir os requisitos estabelecidos por Lei. Devemos garantir que os profissionais que exercem a actividade de despacho de mercadorias estejam devidamente inscritos, capacitados e tenham a carteira profissional”*, asseverou.

Num outro desenvolvimento, Nakhare disse que a luta contra o contrabando, descaminhos e outros ilícitos aduaneiros, só terá sucesso efectivo com a

participação de todos os profissionais da área de despacho aduaneiros que devem actuar imbuídos de valores de integridade, ética, deontologia profissional, competência e rigor técnico, na implementação dos procedimentos de despacho aduaneiro.

Ao terminar, Nakhare, chamou atenção à classe, que a falta de postura e dos valores acima referidos, pode ser um elemento da fraqueza da Câmara de Despachantes Aduaneiros e do País.

Por seu turno, o reeleito Presidente da Câmara, Dixon Chongo, disse que mais uma vez, foi lhes dada à missão de continuar em frente dos destinos da organização e assume o desafio de continuar a trabalhar de modo a que a câmara continue aquele organismo respeitado no país, para o efeito, irá contar com o apoio de todos os despachantes aduaneira sem olhar para esta e aquela lista.

“Hoje inauguramos uma nova fase da nossa agremiação em que todos nós, membros da CDA, temos como preocupação comum, melhorar cada vez mais a nossa prestigiosa agremiação. Como vem plasmado no nosso lema da campanha, Unidos Fazemos uma Câmara Melhor, trata-se de um chamamento para que nos unamos em torno de um único objectivo, criemos condições de trabalho, e tornemos a Câmara um espaço onde os nossos associados encontrem conforto e soluções de todas



Dixon Chongo, Presidente da CAD, no acto da tomada de posse

suas inquietações. Como Câmara, iremos trabalhar de forma a contribuir para o desenvolvimento do nosso País e temos como prioridades acções que concorrem para a melhoria das condições do trabalho do despachante, priorizando a sua capacitação profissional e seu plano de saúde”, disse.

Chongo afirmou, igualmente, contar com o apoio, imprescindível, da Autoridade Tributária para operar aquilo que considerou de alicerces para a edificação e consolidação da Câmara, a revisão dos seus estatutos. Aos seus colaboradores dos Órgãos

Sociais da Câmara de Despachantes Aduaneiros empossados, Dixon Chongo alertou que não havia tempo a perder, porque os desafios são enormes *“vamos começar agora a trabalhar, dediquemos as nossas energias para nos superarmos. A coesão e a inclusão, serão as nossas ferramentas para fazermos uma Câmara melhor”,* rematou.

O Presidente da Câmara de Despachantes Aduaneiros, no final da cerimónia designou a Presidente da Autoridade Tributária, Amélia Nakhare, Perita Aduaneira de formação, como membro honorário da câmara.🌿



Autoridade Tributária e Embaixada da Índia

Primeiros passos para cooperação

Por: Natércia Manhenje



A Presidente da AT, Amélia Nkhare recebeu a 30 de Novembro último, em seu Gabinete, o 2º Secretário e Chefe da Administração na Índia, Anil Kumar, num encontro que permitiu que fossem feitos alguns acordos de cooperação entre a Embaixada da Índia em Moçambique e a Autoridade Tributária, na área de formação e capacitação técnica.

Segundo Anil Kumar, a embaixada da Índia pretende explorar algumas janelas de cooperação entre a embaixada e a AT entre as quais a realização de um workshop sobre preços de transferência que será organizado por uma agência indiana sediada em Moçambique.

A Presidente da AT depois dos habituais cumprimentos disse de forma descontraída “o senhor é a pessoa certa, que veio em momento certo, esta no lugar certo e na hora certa. Nós estamos a trabalhar com vista a desenvolver capacidades técnicas dos nossos funcionários


e neste contexto poderemos trabalhar, em conjunto, com vista a atingir da melhor forma o nosso objectivo.

Ficou acordado que será formada uma equipa conjunta de trabalho com vista a desenhar os termos de referência, bem como um plano de trabalho a curto e médio prazo, para a implementação dos programas de cooperação que irão incluir a realização de palestras e workshops com a Comunidade Indiana em Moçambique para explicação e esclarecimentos de matérias tributárias.

Num outro desenvolvimento, Nkhare questionou sobre a possibilidade de se estender a parceria de modo a se estreitar as relações entre a Autoridade Tributária da Índia e de Moçambique, onde a embaixada da Índia, em Moçambique, através do Alto-comissário se tornasse o elo que permitiria os contactos para o efeito. “Esta relação de parceria irá permitir a troca de experiências e

transferências de conhecimento entre as duas administrações tributárias” arrebatao Nkhare.

A embaixada da Índia mostrou-se aberta em apoiar à Autoridade Tributária de Moçambique, nesta pretensão e em matérias de formação e capacitação técnica dos funcionários em áreas como Liderança e Governação Corporativa para gestores de topo, gestão financeira, gestão de risco, auditoria, entre outras áreas de especialidade.

Importa referir que a Autoridade Tributária, a quando da Reunião Nacional de Planificação para o 2018, definiu o ano 2018 como ano do desenvolvimento do capital humano onde na definição de prioridades constam a formação e capacitação técnica, o aproveitamento da capacidade técnica instalada, o estabelecimento de perfis e a redefinição do quadro tipo a luz da revisão dos qualificadores profissionais e da unificação da carreira. 

Com vista a Elaboração do Plano Estratégico

Moçambique acolhe 2º Workshop das Alfândegas da CPLP

Por: Ricardo Nhantumbo



No âmbito da cooperação multilateral entre as Administrações Aduaneiras da CPLP, Moçambique acolheu, de 27 de Novembro a 01 de Dezembro, do ano em curso, em Maputo, o Segundo Workshop sobre o Plano Estratégico para as Alfândegas da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e respectivas iniciativas, visando o reforço das capacidades técnicas e posições concertadas. A cerimónia de abertura do workshop, organizada pela Organização Mundial das Alfândegas - OMA foi dirigida pela Presidente da AT, Amélia Nakhare, e contou com a participação de membros do Conselho Superior Tributário da AT, do Ministro Conselheiro da República Popular da China, junto do Reino da Bélgica, Director de Capacitação da OMA e demais convidados.

A Presidente da AT, falando na cerimónia de abertura, disse que a definição e a elaboração de um plano estratégico devem ser sempre assumidas pela estrutura do topo das organizações, e a presença dos directores gerais

das alfândegas da CPLP, no workshop, mostra esse cometimento. O instrumento em debate visa trazer uma plataforma de soluções práticas, aos desafios que se colocam nas administrações, em matéria de gestão de procedimentos aduaneiros, à luz do quadro legal nacional e internacional. Importa recordar que a cooperação aduaneira dos países da CPLP data do longínquo ano de 1983, e foi formalizada com a assinatura do protocolo em 1997. Desde então, as acções de cooperação estiveram assentes no quadro operacional adoptado em 2007, que é o Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica (PICAT).

Numa outra abordagem, Nakhare disse que a importância do processo de planificação estratégica para as nossas organizações reside da necessidade de se estabelecer e criar uma visão única e partilha de estratégias de desenvolvimento das nossas administrações aduaneiras, por um lado, por outro, visa à mobilização contínua e conjunta de recursos para assegurar a implementação dos nossos

programas, bem como, a definição de novos caminhos para assegurar que os nossos desafios se tornem em oportunidade, as oportunidades se transformem em objectivos, e estes em acções.

Para a Presidente da AT estas acções devem nos levar a plataforma única de actuação conjunta, ao nível dos países da CPLP, e a harmonização do método de intersecção entre vários intervenientes deste processo e, assegurar que os países membros sejam pioneiros em trabalhar em conjunto. Pretende-se, igualmente, a projecção de acções de curto, médio e longo prazo, tendo presente as prioridades nacionais no combate ao contrabando, corrupção e outros males que enfermam as nossas administrações aduaneiras, visando, em última estância, a facilitação do comércio legítimo, nacional e internacional.

Por seu turno, o Secretário-geral das Alfândegas da CPLP, Francisco Curinha, disse que a cooperação multilateral entre as administrações da CPLP tem como suporte legal o Protocolo de Cooperação

que institui a Conferência dos Directores-Gerais das Alfândegas dos Países de Língua Oficial Portuguesa, já assinado por todos os países membros, em 11 de Outubro de 2007, na XXII Reunião do Conselho, realizado no Brasil.

Desde 2004, foi desenvolvido, com sucesso, quatro programas trienais, o PICAT I, II, III e IV tendo, em 2016, sido dado o início do PICAT V, para o triénio 2016-2018.

Curinha salientou que, apesar das restrições orçamentais, que tem vindo a sentir ao longo dos anos, todos os países que fazem parte desta conferência tem vindo a fazer um esforço para manter o PICAT que se tem demonstrado um pilar essencial para a modernização das administrações aduaneiras da CPLP.

Ao terminar o Secretário-geral adiantou que a realização do workshop, em Maputo, é o culminar de todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e que ganhou novo impulso pelo apoio da OMA e, o facto de se ter uma língua comum permitirá facilitar toda a interacção para desenvolver e atingir os resultados desejados. O segundo Workshop sobre o Plano Estratégico para as Alfândegas da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) foi encerrado pelo Director Geral das Alfândegas de Moçambique, Aly Mallá, e, decorreu durante 5 dias, num ambiente de debate e intercâmbio imprescindível para a elaboração da estrutura do



Aly Mallá, Director das Alfândegas de Moçambique

Plano Estratégico da CPLP, permitindo fortalecer, cada vez mais, os laços de cooperação e a coesão na área de gestão aduaneira entre os países membros.

No seu discurso de encerramento, Mallá referenciou que o fenómeno de globalização e a crescente internacionalização da economia mundial exige que as instituições definam os seus Planos Estratégicos de forma a melhorar o alcance dos objectivos traçados. *“Meus pares, a implementação de um Plano Estratégico assenta no pressuposto de que, não obstante os problemas serem inúmeros, é impossível tratá-los ao mesmo*

tempo e de forma eficiente, mas sim implica a priorização dos desafios mais significativos com interesse de melhor esforços e recursos”, explicou.

Antes de anunciar que a próxima reunião do Grupo de Trabalho do Alto Nível, está agendada para Abril de 2018, em Angola, Mallá disse que o Plano Estratégico em elaboração é produto do consenso das alfândegas da CPLP, através da definição comum da visão, missão valores, objectivos específicos e gerais e a definição de indicadores de desempenho que permitirão uma robustez organizacional para o alcance dos objectivos estratégicos traçados.🌿



Presidente da AT Abre o II Congresso Internacional de Cidadania e Educação Fiscal na Lusofonia

Por: Natércia Manhenje



Decorreu, em Maputo, no pretérito mês de Novembro, no Hotel VIP Maputo, o II Congresso Internacional de Cidadania e Educação Fiscal na Lusofonia promovido pela Corporate Business School (CBS) - Escola Superior de Gestão Corporativa e Social (ESGCS); Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa-ISCAL; e o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa - IDEFF.

Participaram do evento o Presidente do Conselho Constitucional da República de Moçambique, a Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Presidente da Bolsa de Valores

de Moçambique, Bastonário da Ordem dos Contabilistas Auditores de Moçambique, Director da Agência de Promoção de Investimento e Exportações de Moçambique, representante da Autoridade Tributária de Portugal, entre outras entidades e convidados.

O Director da Escola Superior de Gestão Corporativa e Social, Lourenço da Silva, na qualidade de anfitrião do evento, para além das habituais boas vindas fez uma breve contextualização do evento onde informou tratar-se do segundo congresso internacional de cidadania e educação fiscal cujo objectivo é discutir estratégias que possam nos ajudar a enraizar na mente e na cultura

dos cidadãos, valores que nos orientem para a Cidadania Fiscal.

O congresso contou com oradores de luxo e académicos em matérias de cidadania fiscal, emprestados pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa – ISCAL e do Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa – IDEFF, para além da Autoridade Tributária de Portugal, Autoridade Tributária de Moçambique, Ordem dos Contabilistas e Auditores e a Associação Mukhero.

Para a abertura oficial do evento foi convidada a Presidente da Autoridade Tributária de

Moçambique, Amélia Nakhare, que apresentou uma verdadeira aula de sapiência em matérias de Educação Fiscal e cidadania. Nakhare começou por congratular aos organizadores do evento pela iniciativa de trazer ao debate e reflexão um tema tão sensível e importante para a sociedade e, de forma particular, à Escola Superior de Gestão Corporativa e Social por ter trazido o Congresso para Moçambique. *“O evento constitui uma oportunidade impar para a troca de ideias sobre a Cidadania Fiscal, especificamente sobre o papel que as administrações tributárias, a Educação e a sociedade, em geral, têm na consciencialização dos cidadãos sobre este dever de cidadania, sobretudo, num contexto em que as nossas economias têm sido afectadas por conjunturas económicas difíceis que influenciam, não só a produção, mas também a capacidade de mobilização de recursos internos.”* Argumentou Nakhare.

A quando da sua intervenção, a matrona da Autoridade Tributária de Moçambique trouxe, ao de cima, os grandes constrangimentos e desafios da educação fiscal em Moçambique mas, também os grandes feitos e realizações no âmbito da campanha de educação fiscal aduaneira e popularização do imposto. Acrescentou, ainda, que *“os desafios que caracterizam a actual conjuntura económica e social dos nossos países exigem a união de esforços de todos os seguimentos da sociedade na construção de um Sistema Fiscal eficiente e capaz de garantir uma tributação justa, que estimula o cumprimento voluntário das obrigações fiscais; que proporciona o equilíbrio concorrencial em cada sector de actividade económica; que iniba a sonegação dos impostos; que combata à corrupção e que não impossibilite o funcionamento normal da economia”*.

Para finalizar, Nakhare disse que, com o evento, espera-se que os países da lusofonia estejam em melhores condições para definir estratégias mais eficazes de socialização do imposto, de Educação, de comunicação e de disponibilização de informações e procedimentos que facilitem o cumprimento voluntário dos impostos pelos cidadãos.

O Congresso foi organizado em três painéis de debates subdivididos da seguinte forma: I Painel - Políticas para a Cidadania e a Educação Fiscal onde foram apresentados os seguintes temas: *“A Cidadania e Educação Fiscal numa sociedade decente”*, apresentado pelo Presidente do IDEFF



e Professor Catedrático da FDL, Eduardo Paz Ferreira; *“Cidadania e Educação Fiscal e Finanças Públicas”*, apresentado pela Professora do ISCAL, Cristina Lino Marques; e, *“Cidadania e Educação Fiscal na infância”*, apresentado pela Professora Doutora Clotilde Celorico Palma, Professora do ISCAL e do IDEFF da FDL. O segundo painel tinha como tema de fundo *“Os agentes da Cidadania e a Educação Fiscal”* onde foram debatidos temas em volta do papel das administrações tributárias na construção da cidadania fiscal, com enfoque para o caso de Moçambique e Portugal, *“O papel dos contabilistas da Contabilidade e Auditoria na Fiscalidade”*, e as *“Tecnologias de Informação e a Administração Tributária”*, este último apresentado pelo professor Saidul Rahman Mahomed, Editor da Qualitymark, no Brasil. O terceiro painel que tinha como temática *“A Lusofonia e a Cidadania e a Educação Fiscal”*, abordou temas como Desafios e Alternativas de Desenvolvimento, apresentado pelo Professor Salim Vala.

Dos debates ficou clara a necessidade de se apostar numa estratégia de educação fiscal virada para a criança que irá se tornar um adulto que terá enraizado os seus direitos e deveres como cidadão. As acções de educação fiscal levadas a cabo nos países da lusofonia tem o seu impacto, mas, acredita-se que se pode fazer mais e trazer impactos melhores para os países. Portugal trouxe dois grandes trabalhos que estão sendo levado a cabo, um dos quais que já tem resultados visíveis na entrega voluntária do imposto e na facturação. Trata-se do concurso factura da sorte que tem sorteado prémios de grande vulto como viaturas. Este programa fez com que as pessoas vissem a vantagem de cobrar as facturas e outros documentos comprovativos sempre que

adquirissem um produto ou serviço, pois vêem a possibilidade de ganhar algo de valor. Por outro lado, tem se premiado a pessoa com o maior número de facturas que tem no seu cadastro. Este pode-se considerar um programa de sucesso. O segundo projecto foi a edição de um livro de histórias infantis que vão introduzindo as crianças de tenra idade a importância do pagamento do imposto.

Moçambique trouxe como experiência o projecto factura na escola que, através do concurso permite que as crianças passem a informação da necessidade e importância da solicitação das facturas, sempre que se fizer uma compra, para os seus pais e encarregados de educação. No que tange a educação fiscal, a realização de palestras aos estudantes de todos os subsistemas de ensino com temas específicos e metodologias específicas para cada idade, associado a outros programas como o *“Uma criança Um NUIT”*.

Em consequência do encontro, a Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, recebeu, no seu gabinete de trabalho, as Professoras Clotilde Palma e Cristina Marques onde foram traçadas impressões sobre a melhor forma de se fazer uma educação fiscal virada para a criança. Nesta senda, ficou acordado que o Gabinete de Comunicação e Imagem da Autoridade Tributária de Moçambique deveria trabalhar com as professoras, que por sinal uma delas é a autora do livro de histórias infantis com temas sobre educação fiscal e cidadania, com vista a colher experiências e apoiar na criação de um livro infantil, sobre a matéria, que se enquadre na realidade moçambicana e, se possível, em toda a lusofonia. 🌱

Na rota de fuga ao fisco

Apreendidas 14.700 unidades de loiça e madeira processada

Por: Ricardo Nhantumbo

Autoridade Tributária de Moçambique, através da Direcção de Auditoria Investigação e Inteligência, frustrou, na manhã do dia 05 de Dezembro corrente, na estrada nacional nº 2, que dá acesso às fronteiras de Goba e Namaacha, Província de Maputo, uma acção de descaminho de loiças e madeira processada.

Em causa estão cerca de 14.700 unidades de loiça diversa e consideráveis quantidades de tábuas, pranchas e barotes (madeira processada) que foram presumivelmente, adquiridas na vizinha África do Sul, para sua posterior venda no mercado nacional. A apreensão dos produtos é o culminar de um trabalho bastante aturado de investigação e inteligência, levado a cabo pela Direcção de Auditoria Investigação e Inteligência da AT, visando combater actos de fuga ao fisco.

Dados preliminares apontam que a loiça ora apreendida é avaliada em pouco mais de 799 mil meticais e devia pagar, de direitos aduaneiros, pouco mais de 318.6 mil meticais. O importador declarou na fronteira 146 mil meticais, tendo pago, para o efeito de nacionalização da mercadoria, apenas 67 mil meticais, sonogando por conta disso, cerca de 250 mil meticais.

No que diz respeito à madeira processada, a avaliação preliminar, indica que o valor aduaneiro da mesma é de aproximadamente 230 mil meticais e pagou apenas 50 mil meticais, no lugar de 150.310,96 MT.

Por Lei, os donos das mercadorias, ora a contas com a administração tributária, cometeram um delito fiscal classificado por descaminho, que é

punido por multas que vão até ao perdimento da mercadoria e dos meios de transportes usados, a favor do Estado.

Refira-se que a fase subsequente será a remessa dos autos, ao Ministério Público, que por sua vez desenvolverá os termos ulteriores para dedução da acusação e canalização dos autos ao Tribunal competente, neste caso o Tribunal Aduaneiro da Cidade de Maputo.

A AT apela aos agentes económicos a pautarem pelo cumprimento da lei, pois será contundente com casos de elisão e outros crimes fiscais. Apela, ainda a população, em geral, para colaborar com a administração tributária, denunciando actos que atentam contra a estabilidade económica e social do país. 🌱



Vista parcial da mercadoria apreendida

Em entrevista

Direcotor dos SPAI fala do desempenho

Por: Bruno Laranjeira

No cumprimento da sua missão, de informar sobre as realizações das diversas Unidades que compõe a Autoridade Tributária (AT), a Folha da AT (FT) tem efectuado e divulgado uma série de entrevistas com os funcionários da AT, com vista trazer á família tributária e demais leitores, o desempenho da instituição, bem como as dificuldades que perturbam o funcionamento normal das suas actividades. É nesta esteira, que a presente edição, leva para o caro leitor, a entrevista concedida pelo Direcotor dos Serviços Provinciais das Alfândegas de Inhambane - SPAI, Inocêncio Pedro Monteiro Mota.

Com um ar de boa disposição, Inocêncio Mota, Superintendente Aduaneiro, começou por fazer uma breve avaliação das actividades do SPAI, nos primeiros seis meses sob sua gestão.

Segundo Mota, os Serviços Provinciais das Alfândegas de Inhambane tiveram um desempenho razoável, pois, ficaram para além das expectativas, ao cobrarem cerca de 83% da meta estabelecida. No seu entender, concorreram para esse insucesso, dentre vários factores, a precaridade de condições logísticas e o défice no quadro do pessoal, condição quase que indispensável para a actuação da equipa por si dirigida, com vista ao cumprimento de metas, bem como no alargamento do raio de actividades ao nível da província.

Mota foi mais longe ao referir que, fazendo uma análise detalhada do desempenho (receita) das alfândegas a nível de Inhambane, a leitura que se obtém é de que a mesma queda-se geralmente no último quadrante, o que, segundo o nosso interlocutor, pode ser justificado pela posição geográfica da província, aliado ao facto de os serviços aduaneiros lidarem essencialmente com o comércio transfonteiriço, o que de certa forma prejudica a província. Sendo assim, para esses serviços, a principal fonte de colecta de impostos tem sido a mudança de matrículas de viaturas. Associado ao acima descrito, pode se dizer que concorreu também para o incumprimento, os problemas logísticos.

Na senda deste balanço, deu nota positiva ao impacto do processo de selagem de bebidas alcoólicas e tabaco manufacturado, visto que depois das dificuldades na sua implementação, principalmente para dar vazão ao sector de bebidas alcólicas, houve um trabalho de base, com recurso as campanhas rotineiras que ocorreram no terreno de forma a disseminar este decreto que culminou com a aderência dos cidadãos à iniciativa.

Relativamente ao trabalho levado pela Direcção de Aditoria, Investigação e Inteligência - DAII a alguns distritos de l'bane, com vista ao incremento da receita, o direcotor do SPAI referiu que foi uma medida acertada, pois veio dinamizar o processo de cobrança de receitas, bem como consciencializar os cidadãos sobre as suas obrigações fiscais.

Falando de alguns distritos, afirmou que Massinga e Homoine são os que apresentavam, às alfândegas, preocupações diversas, com destaque para os procedimentos a seguir na importação de viaturas. Esta e outras preocupações foram prontamente clarificadas no decurso da campanha levada a cabo pela DAII, tendo sido também, criado um mecanismo de contacto permanente com as administrações e associações de transportes locais, para reduzir situações irregulares de viaturas com matrícula estrangeira. E como cosequência desta campanha, é notório nos dois distritos, a circulação de enormes viaturas

que ostentam matrícula nacional IB.

No que concerne ao impacto da crise económica na coleta da receita, Mota disse que no cômputo geral, Inhambane tem se ressentido dos problemas que enfermam a economia nacional, porém a que reconhecer que apesar destas dificuldades, continuam a redobrar esforços com vista a assegurar a cobrança de receita para os cofres do estado.

O direcotor do SPAI apontou como perspectiva para os restantes dias do ano, o melhoramento dos índices de cobrança de receita, uma vez que a meta é de 52.082.470,00MT (Cinquenta e Dois Milhões, Oitenta e Dois Mil, Quatrocentos e Setenta Meticais).

Para finalizar, Mota afirmou que gostaria de ver melhorada a interação entre funcionários e destes para os utentes, no que concerne a disponibilização de informações sobre matérias aduaneiras.

Mais adiante, disse que gostaria de ver resolvida a construção de residências para funcionários na cidade de Inhambane, pois tem sido "o calcanhar de Aquiles" para os funcionários transferidos para Inhambane, que acabam recorrendo ao arrendamento de imóveis, pondo em causa o desempenho das actividades profissionais no dia-a-dia, bem como, a situação familiar, visto que o salário dos mesmos, é a única fonte de sustento para fazer face a essas despesas. 🌿



Com vista a imprimir maior dinâmica no processo de arrecadação de receitas

Presidente da AT trabalha no Porto de Maputo

Por: Ricardo Nhantumbo

A Presidente da AT, Amélia Nakhare efectuou a 04 de Dezembro corrente, uma visita de trabalho ao Porto de Maputo, tido como uma das maiores e mais importante estância aduaneira do país, em termos de arrecadação de receitas para os cofres do Estado, ao contribuir com cerca de 40% da receita global proveniente de impostos sobre o comércio externo. Na sua deslocação, Nakhare orientou uma parada paramilitar, na qual anunciou algumas medidas tendentes a dinamizar cada vez mais o processo de arrecadação de Receitas naquela estância, numa altura em que faltam sensivelmente 25 dias para o término do exercício económico 2017.

Falando momentos após o fim da parada, a dirigente máxima da AT, disse que a sua visita surge em consequência da agressão física que o Chefe daquela Terminal Marítima foi vítima, na quinta-feira passada, na sua residência, e que neste momento se encontra internado a receber tratamentos numa unidade hospitalar.

“Na quinta-feira fomos acolhidos com uma notícia muito triste que indicava que o Chefe desta estância foi agredido, na sua própria residência, e neste momento se encontra hospitalizado. Sendo, a Terminal Internacional Marítimo de Maputo-TIMAR, uma das estâncias aduaneiras mais representativas no nosso país, responsável por mais de 40% da receita aduaneira, e face ao acidente ocorrido, havia toda uma necessidade de se assegurar que o ritmo do trabalho não possa ser desacelerado. Como sabem, na área aduaneira somos paramilitares e obedecemos uma voz de comando e é assim que quando caí um, no campo de batalha, imediatamente tem que se indicar um outro para levar o trabalho adiante. Foi nesta senda que indicamos o Director Regional Norte da AT, para trabalhar com as chefias locais e os funcionários em geral, para que durante este período em que o nosso colega estiver em reposição de saúde possamos fazer face à gestão da estância e a arrecadação da

receita”, explicou Nakhare.


De acordo com a Presidente da AT, até Novembro último, os níveis de arrecadação de receitas, no TIMAR Maputo, não eram satisfatórios, situando-se em cerca de 70 por cento. Ciente de que o mês de Dezembro não será suficiente para cobrir o défice, deixou recomendações que ao serem seguidas, acredita-se que vão permitir que se consiga cumprir com a meta de Dezembro e por conseguinte, irá melhorar a meta global desta estância.

Nakhare apontou a necessidade de se prestar maior atenção nas contra marcas (manifestos de cargas), onde existem muitos pendentes, só para ter uma ideia clara, de Janeiro a esta parte, foram analisados cerca de mil manifestos de carga e apenas 220 é que foram encerrados *“portanto, temos uma margem de pendentes muito maiores”,* disse.

Sobre este assunto, os gestores do TIMAR, apontam como causa as saídas antecipadas. Para ultrapassar esta situação, a Presidente orientou que se trabalhasse em articulação com a Casa de Despacho e com a Direcção Nacional de Contabilidade Pública, de modo a regularizar todos os pendentes relacionados com a contabilização, sobretudo às que são relacionadas com o processo de aquisições. Avançou, ainda, que *“verificamos que desde 2012 até esta parte, temos cerca de 20 mil processos pendentes no sistema JUE (Janela Única Electrónica), sendo que 10 mil são relativos ao trânsito e os restantes, cerca de metade, corresponde à importação e exportação. Acreditamos que se nós conseguimos regularizar estes pendentes vamos ter muitos encaixes em termo de receitas”. O que dissemos às equipas é que elas devem se reorganizar e articularem com as partes envolvidas, de modo a resolver a questão dos pendentes, porque, só assim iremos assegurar e elevar os índices de arrecadação”,* aclarou.

Refira-se que TIMAR Maputo tem como meta anual de arrecadação de receitas para o presente ano, cerca de 34 mil milhões de meticais e, até Novembro, foram cobrados pouco mais de 24.6 mil milhões, correspondendo a 72%. De referir que o sector que mais contribuí para esta arrecadação foi o da importação de viaturas.

Numa outra abordagem, Nakhare perspectivou um ano económico 2018, cheio de esperanças uma vez que se registam sinais claros de retoma da economia, em relação a 2016. *“Nós estamos a ver uma continuação de retoma da importação de viaturas que é a maior fonte das nossas receitas nesta estância, mas comparados com os anos anteriores ainda estamos em défice”.* Em termos gerais, para 2018, também há bons sinais na componente de impostos. Por exemplo, este ano registamos maior robustez, no entanto, tivemos, igualmente, um aumento significativo de meta, em relação aos anos passados. Em 2005, 2006, por exemplo, tínhamos um aumento por volta de 5 por cento, mas de 2016 para 2017, o incremento foi muito elevado e para 2018, será ainda mais. *“Isto, tem uma explicação, o facto de termos perdido o financiamento externo exige de nós uma cobertura interna. As acções de fiscalização, em curso, e os projectos de selagem e de marcação de combustíveis irão incrementar a eficiência tributária e reduzir situações de fuga ao fisco, portanto, acreditamos que os próximos anos serão bons para a nossa economia”,* concluiu.

No mesmo dia, a AT fez um esclarecimento através de um comunicado de Imprensa, sobre a revisão da Lei dos Petróleos em relação a estabilidade fiscal, que tem criado diversas interpretações em diferentes seguimentos da sociedade, em anexo, o comunicado. 

Para aferir o nível de desempenho da sua região

Director Regional Sul (DRS) trabalha em Maputo, Gaza e Inhambane

Por: Ricardo Nhantumbo



Na prossecução dos objectivos plasmados no Plano de Actividades da Autoridade Tributária, nomeadamente a intensificação da fiscalização à facturação, das campanhas sobre a Educação Fiscal e Popularização do Imposto bem como para aferir o nível de arrecadação de receitas, o Director Regional Sul, Amílcar Mulungo, trabalhou recentemente, em Maputo, Gaza e Inhambane.

O trabalho na região sul, que iniciou a 22 de Novembro, foi caracterizado pelos encontros com os funcionários visando aferir as condições de trabalho e seu estado de saúde, visitas de fiscalização aos estabelecimentos de agentes económicos com intuito de verificar até que ponto estes cumprem com o preceituado na Lei, no que concerne à obrigatoriedade de passar facturas e/ou documentos equivalentes em todas as transacções comerciais, e visitas de cortesia às autoridades administrativas locais.


“Nós estamos no terreno a fazer o nosso trabalho, como sabem, 2017 foi eleito ano de auditorias e fiscalização em sede da facturação, é neste âmbito que nas nossas deslocações, à diferentes pontos da região, privilegiamos visitas aos estabelecimentos comerciais tendo, como principal propósito, a verificação do cumprimento da Lei, sobre a

facturação e a questão da selagem obrigatória de bebidas alcoólicas e tabaco manufacturado sem, a priori, ter intenção alguma de sancionar os contribuintes. Contudo, temos nos deparado com situações gritantes de violação da Lei, que não nos deixam outra alternativa. Por exemplo, encontramos, na vila municipal da Manhica, num estabelecimento comercial, cerca de 400 caixas de bebidas alcoólicas de diversas marcas, não selada, entre vinhos e espirituosas, de fabrico nacional e importado. Questionada sobre a legalidade dos produtos, a representante do estabelecimento, alegou se tratar de uma sucursal e que o resto da documentação está depositado na sede, em Maputo. Nada mais podia se fazer se não mandar reter as bebidas, até que o proprietário prove a sua legalidade. Em Vilanculos tivemos, igualmente, uma apreensão de bebidas alcoólicas que estavam a ser comercializadas sem o selo de controlo fiscal,” explicou Mulungo.

Em relação à questão da facturação, Mulungo diz que encontram no terreno, situações em que os agentes económicos não usam documentos aprovados legalmente, como é o caso de uso de livros de facturas produzidas pelas tipografias não autorizadas, situações de não facturação regular das vendas, e outras de vária índole. *“Acreditamos*

que com este trabalho as coisas irão se reverter, uma vez que deixamos orientações claras, aos colegas, no sentido de darem seguimento às visitas e, caso persistam situações de violação sistemática, se faça cumprir a Lei”, advertiu.

A Folha da AT procurou saber do DRS sobre o estágio e os níveis da arrecadação de receitas ao nível da região que, como se sabe, é responsável pela cobrança de mais de 80 por cento, da receita global da AT, ao que nos foi assegurado que, tudo estava a correr a contento. Apesar das tribulações que se tem verificado na economia do país, a aposta é que até 31 de Dezembro corrente, se canalize aos cofres do Estado, os cerca de 145.3 mil milhões de Meticais, contribuindo, deste modo, para o alcance da receita global da instituição.

Sobre a fiscalização, importa referir que a AT está a envidar esforços para aquisição de meios circulantes para reforçar a fiscalização. Estes meios permitirão que as equipas cheguem nos pontos mais recendidos do país e fazer um trabalho mais aturado o que irá permitir, de certo modo, a recuperação da receita perdida, em actos de elisão fiscal. 



Governador de inhambane ladeado pelos quadros da AT

“Não devemos nos limitar apenas ao cumprimento da meta”

Alerta Sandra Alves, directora Regional Centro

Por: António Camacho



A directora Regional Centro, Sandra Alves afirmou que o funcionário da Autoridade Tributária não deve limitar-se em apenas cumprir com as metas estabelecidas, mas sim, superá-las continuamente, cobrando cada centavo que for possível arrecadar.

Sandra Alves fez esses pronunciamentos durante a visita trabalho, de quatro dias, que realizou à Região Centro. A visita que terminou a 1 de Dezembro corrente, tinha entre vários objectivos, medir o pulsar das diversas unidades da AT naquele ponto do país, com vista a imprimir maior dinâmica para o seu funcionamento, bem como enaltecer o esforço que os funcionários estão a fazer para garantir a cobrança de receitas para os cofres do Estado no presente ano. Alves referiu ainda que, esta acção enquadra-se

no cumprimento das recomendações da liderança máxima da instituição, no sentido de privilegiar um contacto face-a-face com os funcionários, endereçando uma mensagem de encorajamento e determinação para o alcance dos objectivos institucionais.

A Directora Regional Centro iniciou a sua visita na província de Manica, tendo escalado sucessivamente os postos de cobrança e Fiscalização do Inchope, da cidade de Chimoio (onde manteve contacto com os funcionários da Direcção da Área Fiscal de Chimoio), rumando de seguida para o Posto de Cobrança e Fiscalização de Macossa.

A província de Tete foi a segunda a ser visitada tendo trabalhado na Fronteira de Cuchamano,

no Posto de Cobrança de Changara, na Unidade dos Grandes Contribuintes (UGC), nos serviços provinciais das alfândegas, e o Posto de Cobrança de Moatize, que marcou o fim do seu périplo na província.

A presença daquela dirigente na fronteira de Meloza sinalizou o início de trabalho à Província da Zambézia, onde visitou entre os vários postos, o Posto de Cobrança do Distrito de Milange, as DAF's de Mocubae Quelimane, o Posto de Cobrança e de Fiscalização de Nicoadala e Posto de Fiscalização de Chimuará, marcando o fim da sua visita de trabalho à região.

Importa referir, que durante a visita de trabalho às três províncias, Sandra Alves disse incansavelmente que o alcance das metas



Sandra Alves, Directora Regional Centro da AT interagindo com a comunicação social

depende exclusivamente do desempenho de cada funcionário, razão pela qual, há necessidade de cada um assumir esta responsabilidade (colectar

receita) como sua prioridade primária.

A terminar, a Directora Regional Centro afirmou

que, “*não devemos nos contentar em apenas alcançar a meta estipulada, mas também devemos nos desafiar em sobre comprimentos cada vez maiores porque o estado neste momento precisa de cada centavo que for possível arrecadar*”.

Na Província de Sofala começou por interagir com os funcionários afectos ao Posto de Cobrança de Nhamatanda que dista cerca de 100 km da capital provincial Beira. No dia 1 de Dezembro, a chefe regional manteve contacto com o administrador local que manifestou prontidão e apoio necessários para o sucesso das actividades da AT naquele distrito. No fim da sua ronda pela região foi visitar as diferentes unidades orgânicas ao nível da cidade da Beira, nomeadamente a DAF do primeiro e do segundo Bairro da Beira, Juízo das Execuções fiscais, Terminal internacional Aéreo bem como os Serviços provinciais das Alfândegas de onde recebeu garantias dos funcionários que a meta de 2017 será cumprida.

JUE faz falta nos postos de fiscalização

Esta constatação foi feita durante a visita da Directora Regional Centro à Província de Manica no último dia 27 de Novembro. Sandra Alves se inteirava da eficiência da fiscalização ao longo da Estrada nacional numero 6 concretamente no Inchope, tido como um grande centro de convergência do movimento do contrabando das três regiões do país, segundo Alves o posto de fiscalização do Inchope deve ser o principal ponto de controlo de todo movimento de mercadorias que circulam ao longo dos dois grande corredores, referia se ao corredor da Beira que liga a cidade portuária da Beira a fronteira de Machipanda com o vizinho Zimbabué, e a estrada nacional número 1 que liga norte e sul do país.

Foi referenciado na ocasião pelo Director das Alfândegas de Manica que a JUE, uma plataforma de desembarço e de controlo aduaneiro, seria uma solução para a melhoria do controlo e da fiscalização visto que iria permitir controlar, através daquele sistema, o tempo permitido por

lei para que uma operação de trânsito ocorra desde a sua libertação do ponto de partida. Alves disse na ocasião que este assunto deverá merecer

toda atenção com vista a efectivação da solução necessária. 🌱



Poupe tempo e dinheiro na importação e desembarço aduaneiro usando a Janela Única Electrónica



Missão

Arrecadar receitas, de forma justa e transparente, para financiamento da despesa pública e proteger a economia e a sociedade

Visão

Ser referência internacional na arrecadação de receitas e prestação de serviços tributários

Valores

Legalidade, Eficiência e Integridade (LEI)



TODOS JUNTOS FAZEMOS MOÇAMBIQUE

